

Democratização do ensino hoje

MARIA VICTORIA BENEVIDES

As comemorações do centenário de nascimento do grande educador Fernando de Azevedo, em abril passado, motivaram sofisticados debates acadêmicos, além de calorosos depoimentos de colaboradores — dentre os quais destaco nossos mestres Antonio Candido e Florestan Fernandes — na Faculdade de Educação da USP. A publicação das diferentes intervenções neste evento certamente atrairá a atenção de todos quantos se interessam pela história das idéias e das práticas da Educação no Brasil, bem como daqueles empenhados na luta pela escola pública.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu **Raízes do Brasil**, identificou a “crença mágica no poder das idéias” como uma das principais características de “nossa difícil adolescência política e social”. E explicava: “Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam (...). Assim, quando se punham a legislar ou a cuidar de organizações e coisas práticas, os nossos homens de idéias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações”.

A crítica é dura e certa, mas o “em geral” permite fazer justiça às honrosas exceções nas diversas áreas da atividade pública. Não restam dúvidas, no entanto, de que aquele espírito retórico e ornamental tenha sido, em boa parte, responsável pelo reiterado malogro de nossos projetos de reforma educacional. Isto é, raramente os educadores brasileiros são capazes de sair do terreno efêreo das



A IMENSA MAIORIA DO POVO BRASILEIRO NÃO PODE ESPERAR A DESEJADA “QUALIDADE” PARA TER ACESSO GARANTIDO À ESCOLA

intenções e das idéias puras e soluções simplistas para montar soluções com sólido apoio na realidade. É assim que se explica a relevância da obra de Fernando de Azevedo — um “grande homem”, no dizer de Antonio Candido, porque soube interpretar os problemas cruciais de seu tempo e assumir os riscos da liderança para propor e implementar mudanças de amplo alcance, colocando sua indiscutível autoridade moral e intelectual a serviço de uma causa. Portanto, no contra-exemplo à análise de Sérgio Buarque, foi o espírito de realismo político que distinguiu sobremaneira os componentes da chamada “trindade educacional brasileira”, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

O evento serviu, também, para a retomada de apaixonadas discussões sobre a realidade da

educação pública hoje. E, como não poderia deixar de ser, mais uma vez se coloca a questão fundamental: o que significa, diante dessa realidade que todos conhecemos e denunciaremos, defender a **democratização do ensino**?

O que poderia parecer, para os mais afastados do tema, uma questão de resposta óbvia, não o é. A polêmica é mais instigante do que se pensa, pois lida justamente com um imaginário pleno de “certezas” e “idéias puras”, no sentido dado pelo historiador citado. Isto é, se todos estão de acordo com a necessidade imperiosa da “democratização”, para alguns a sua viabilização opõe “quantidade” à “qualidade”, valorizando esta como o objetivo principal e incompatível com o que entendem, negativamente, como “massificação”.

Com todo o respeito por esses

bravos lutadores e defensores do rigor pedagógico, estou convencida de que a realidade brasileira nos obriga a uma primeira “certeza” em educação: **democratizar o ensino significa escola para todos**. A polêmica qualidade versus quantidade torna-se secundária — embora relevante — quando sabemos que a imensa maioria do povo brasileiro não pode esperar a desejada “qualidade” (e, afinal, qualidade em relação a que e para quem?) para ter acesso garantido à escola. Se nos colocarmos no lugar dos milhares de pais e mães das classes marginalizadas por nosso cruel **apartheid** social, certamente concordaríamos que “alguma” escola é preferível a “nenhuma” escola.

É evidente que o ideal de uma “escola pública para todos e de boa qualidade” permanece inarredável em qualquer proposta democrática. E também o meu ideal. Mas democracia é um processo dinâmico e não podemos nos comportar, em relação ao acesso à escola, como a famigerada política de “deixar o bolo crescer para depois distribuir”.

É nesse sentido que deve ser entendida a fala do candidato do Partido dos Trabalhadores: “Nenhuma criança sem escola!” O que alguns apressados, ou mal-intencionados, criticaram como “promessa demagógica” nada mais é do que o primeiríssimo passo para a democratização do ensino. Esta é, insisto, escola para todos, já, ou não é democratização coisa nenhuma.

A AUTORA

Maria Victoria Benevides é professora da Faculdade de Educação da USP

